

Sem dinheiro, governadores voltam a pedir ajuda a FHC

Dívidas dos estados com o Tesouro chegam a R\$ 46 bi. Com as receitas comprometidas, eles querem renegociar prazo de pagamento

A proposta dos governadores para um novo tratamento da dívida dos estados, que deverá ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso na próxima semana, pede o refinanciamento da dívida contratual, que soma R\$ 46 bilhões. Cerca de 60% dela já foram rolados há três anos.

Os governadores querem prorrogar o prazo de pagamento de 20 para 30 anos e gastar 6% de suas receitas com o pagamento das parcelas e não 11%, como fazem hoje. Eles pretendem, também, que as dívidas das empresas estatais que não geram receita própria sejam incluídas na operação. Finalmente, propõem reduzir a base sobre a qual serão calculados os 6%.

Antes de enviar seus pleitos ao presidente, os governadores pretendem se reunir com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para discutir os projetos que

deverão propor ao governo. Um deles, o que reduz o comprometimento de receitas com pagamento de dívidas de 11% para 6%, já tramita no Senado. Na última vez em que os senadores ameaçaram aprovar resolução reduzindo o percentual de pagamento da dívida os estados foram beneficiados com empréstimos de emergência da CEF. Isso ocorreu há um ano, e a história começa a se repetir.

IMEXÍVEIS

O presidente Fernando Henrique Cardoso orientou a equipe econômica a não mexer nas dívidas que já tenham sido objeto de renegociação. "Não vamos mexer nisso", assegurou um assessor do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Essa é a principal razão pela qual os governadores se queixam da "insensibilidade" da equipe econômica.

Além da rolagem de 1993, feita

sob o comando do próprio Fernando Henrique quando era ministro da Fazenda, os estados já haviam recebido outro socorro do Tesouro, em 1989. A soma das duas operações chega a R\$ 46 bilhões e a maior dívida é a de São Paulo, R\$ 15 bilhões. No entanto, a dívida contratual é o principal compromisso dos estados mais pobres.

GARANTIA

Em vez de dever aos bancos, os estados passaram a dever ao Tesouro. Tudo foi colocado num bolo de dívidas para ser pago em 20 anos. Nos dois primeiros anos após a rolagem, os estados gastavam 9% de suas receitas líquidas com o pagamento das parcelas. Desde janeiro o valor subiu para 11%, conforme previsto na lei.

Técnicos da Fazenda aproveita-

ram para exigir como garantia de pagamento as quotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é distribuído pelo próprio Te-

souro. Na falta deste, o Tesouro pode se apropriar da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado. Dessa forma, o estado não tem jeito de não pagar. O valor da parcela da dívida já é descontado do FPE antes de o dinheiro ser repassado. Por isso, a inadimplência desses empréstimos é zero.

Quando foi feita a rolagem, especialistas consideraram as condições bastante rigorosas, principalmente pela exigência do FPE e do ICMS em garantia e pelo comprometimento de 11% da receita.

PROPOSTA

Os governadores gastam

11%

da receita com a dívida e querem passar a gastar

6%

com prazo de até

30

anos para pagar